

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Informações financeiras intermediárias acompanhadas do
relatório de revisão do auditor independente para o trimestre
findo em 31 de março de 2026

Ref.: Relatório nº 265C9-029-PB



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações intermediárias	3
Informações financeiras intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026	12

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Braz Olaia Acosta, 727 -
Sala 2101 - Jardim Califórnia
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.
Uberaba - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (Companhia), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 14 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.159	28.243
Contas a receber de clientes	6	35.304	31.428
Partes relacionadas	15	70	70
Despesas antecipadas	7	2.809	305
Adiantamentos		842	287
Outros ativos		186	-
Total do ativo circulante		106.370	60.333
Ativo não circulante			
Recursos vinculados	8	5.952	4.002
Partes relacionadas	15	4.506	4.714
Impostos diferidos	20	3.767	2.053
Outros ativos		63	55
Direito de uso	9	2.557	2.186
Imobilizado	10	33.843	46.195
Intangível	11	221.748	215.675
Total do ativo não circulante		272.436	274.880
Total do ativo		378.806	335.213

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Passivo circulante			
Fornecedores	12	12.216	8.033
Obrigações tributárias e sociais	13	11.127	11.735
Obrigações contratuais	14	2.100	625
Passivos de arrendamentos	16	415	300
Outras obrigações		-	17
Total do passivo circulante		25.858	20.710
Passivo não circulante			
Obrigações contratuais	14	5.952	4.002
Passivos de arrendamentos	16	2.396	2.073
Provisão manutenção	17	10.847	5.852
Total do passivo não circulante		19.195	11.927
Patrimônio líquido			
	18		
Capital social		267.623	267.623
Reserva legal		4.222	4.222
Reserva de lucros		30.731	30.731
Resultado período		31.177	-
Total do patrimônio líquido		333.753	302.576
Total do passivo e do patrimônio líquido		378.806	335.213

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado
para os períodos findos em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	21	84.928	4.769
Receita com construção e infraestrutura	21	7.769	5.110
Custo dos serviços prestados	22	(32.634)	(1.765)
Custo com construção e infraestrutura	22	(7.769)	(5.110)
Resultado bruto		52.294	3.004
Despesas gerais e administrativas	23	(5.669)	(2.417)
Outras despesas operacionais	23	(215)	-
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		46.410	587
Receitas financeiras		1.163	2.231
Despesas financeiras		(552)	(166)
Resultado financeiro		611	2.065
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social		47.021	2.652
Imposto de renda e contribuição social	20	(17.558)	(909)
Imposto diferido	20	1.714	13
Resultado líquido do período		31.177	1.756
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - em reais		0,1531	0,0682

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os períodos findos em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	31.177	1.756
Total do resultado abrangente do período	31.177	1.756

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os períodos findos em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva especial dividendos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1	-		-	1
Lucro líquido do período		-	-	-	1.756	1.756
Capital social integralizado		131.472	-	-	-	131.472
Saldos em 31 de março de 2025		131.473	-		1.756	133.229
Saldos em 31 de dezembro de 2025		267.623	4.222	30.731	-	302.576
Lucro líquido do período		-	-	-	31.177	31.177
Saldos em 31 de março de 2026		267.623	4.222	30.731	31.177	333.753

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	47.021	2.652
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.915	89
Baixas líquidas de imobilizado	15	-
Provisão manutenção	4.995	-
Recursos vinculados	(1.950)	-
Decréscimo/acrécimo em ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(3.875)	(3.817)
Adiantamentos	(564)	(211)
Despesas antecipadas	(2.504)	(2.945)
Outros ativos	(185)	(60)
Fornecedores	4.183	616
Obrigações contratuais	3.407	1.800
Partes relacionadas	210	(2.069)
Obrigações sociais e tributárias	116	754
Outros passivos	-	-
Imposto de renda e contribuição pagos	(18.283)	(111)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	35.501	(3.302)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(7.292)	(14.111)
Ressarcimento de adiantamento para aquisição de imobilizado	18.574	-
Adições ao ativo intangível	(7.858)	(19.444)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	3.424	(33.555)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	131.472
Arrendamento	(9)	(20)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(9)	131.452
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:	38.916	94.595
Caixa e equivalente de caixa no início do período	28.243	1
Caixa e equivalente de caixa no final do período	67.159	94.596
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:	38.916	94.595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para os períodos findos em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas	100.554	10.320
Venda de serviços	92.785	5.210
Receitas acessórias	-	-
Receitas de construção - ativos da concessão	7.769	5.110
Insumos adquiridos de terceiros	(34.659)	(8.071)
Custo dos serviços prestados	(23.361)	(1.230)
Custo de construção - ativos da concessão	(7.769)	(5.110)
Materiais, energia, serviços e outros	(3.313)	(1.731)
Outras receitas não operacionais	(216)	-
Valor adicionado bruto	65.895	2.249
Retenções	(2.915)	(89)
Depreciação e amortização	(2.915)	(89)
Valor adicionado líquido	62.980	2.160
Valor recebido em transferência	1.163	2.231
Receitas financeiras	1.163	2.231
Valor adicionado total a distribuir	64.143	4.391
Distribuição do valor adicionado:	(64.143)	(4.391)
A - Pessoal e encargos	(8.351)	(928)
Remuneração direta	(4.780)	(433)
Benefícios	(1.411)	(155)
F.G.T.S.	(297)	(35)
Outros	(1.863)	(305)
B - Impostos, taxas e contribuições	(23.761)	(1.438)
Federais	(19.122)	(1.178)
Municipais	(4.639)	(260)
C - Juros e aluguéis	(854)	(269)
Juros	(26)	-
Aluguéis	(297)	(109)
Outros	(531)	(160)
D - Remuneração do capital próprio	(31.177)	(1.756)
Lucro do período	(31.177)	(1.756)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”), com sede à Rua Belmira Montes Barroso nº 164, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 2 de dezembro de 2024. Sua atividade principal consiste na exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR-262/MG, no trecho compreendido entre o km 360,1 e o km 799,0, correspondente ao segmento entre o entroncamento com a BR-381, no município de Betim (MG), e o entroncamento com a BR-050/464, no município de Uberaba (MG), integrante do Programa de Concessão do Sistema Rodoviário Federal.

A Companhia é integralmente controlada pela Rota da BR 262 MG S.A., que detém 100% de suas ações. Em 14 de fevereiro de 2025, foi celebrado contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pelo prazo de 30 anos, decorrente de processo licitatório público, nos termos e condições estabelecidos no Edital de Concessão nº 03/2024 e no respectivo Contrato de Concessão.

O objeto da concessão compreende a recuperação, ampliação, melhoramento, conservação, manutenção e operação da rodovia concedida, bem como sua exploração econômica, incluindo a arrecadação de tarifas de pedágio — reajustáveis conforme cláusulas contratuais específicas e condicionadas à aprovação do Poder Concedente, e demais receitas acessórias relacionadas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio, acessos, áreas de serviço e de lazer, inclusive receitas decorrentes de publicidade.

O prazo da concessão tem término previsto para março de 2055. Ao final do contrato, os trechos rodoviários sob administração da Companhia serão revertidos ao Poder Concedente, não havendo previsão contratual de prorrogação automática.

Em função do início das operações da Companhia em março de 2025, os saldos e resultados apresentados para o trimestre findo em 31 de março de 2025 refletem um período inicial de operação, marcado pelo início da cobrança de pedágio, pela implementação gradual da estrutura operacional e pela ainda limitada escala de geração de receitas.

As informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2026, por sua vez, refletem um estágio mais avançado de maturação operacional da concessão, com crescimento significativo das receitas, maior diluição dos custos fixos e melhora relevante nos resultados operacionais e financeiros.

Dessa forma, as variações observadas entre os trimestres findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 devem ser analisadas com cautela, considerando que o período comparativo anterior não representa um ciclo operacional recorrente ou plenamente comparável.

2. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, bem como com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR). A base de preparação das informações financeiras é o custo histórico, exceto nos casos em que as práticas contábeis descritas nas notas explicativas indicam outra forma de mensuração, conforme os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em atendimento à Orientação OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, este relatório apresenta exclusivamente as informações relevantes relacionadas às informações financeiras, ou seja, aquelas efetivamente utilizadas pela Administração na condução da gestão da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis adotadas nas demonstrações anuais encerradas em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pela Administração em 30 de março de 2025. Por esse motivo, recomenda-se que estas informações sejam analisadas em conjunto com as demonstrações anuais mencionadas.

As notas explicativas que não sofreram alterações significativas em relação às demonstrações de dezembro de 2025 não foram reproduzidas integralmente neste relatório. No entanto, foram incluídas informações selecionadas que ajudam a compreender as mudanças na posição financeira e no desempenho operacional da Companhia desde a última divulgação anual.

A emissão destas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2026.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas são revisadas periodicamente pela administração, e os efeitos das alterações são reconhecidos no período da revisão e nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- A determinação da vida útil e recuperabilidade do imobilizado e do ativo intangível, incluindo testes de *impairment*;
- A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos, com base em projeções de lucros tributáveis futuros;
- A constituição de provisões para riscos processuais, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios;
- A mensuração e reconhecimento de ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme ICPC 01;
- A estimativa de provisão para manutenção e recomposição da infraestrutura rodoviária, considerando os níveis de serviço exigidos contratualmente;
- A mensuração de receitas de construção e infraestrutura, com base no estágio de execução dos serviços;
- A projeção de receitas futuras de pedágio, considerando estimativas de tráfego e elasticidade de demanda;
- A mensuração de passivos contratuais e regulatórios, como o ônus de fiscalização e obrigações com o Poder Concedente.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

4.1. Novas normas e interpretações

A Companhia monitora as alterações de normas contábeis e regulatórias emitidas, bem como normas e legislações tributárias, que possam afetar suas informações financeiras em períodos futuros. No trimestre findo em 31 de março de 2026, a Administração avaliou as alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 e, até o momento, não identificou impactos materiais nas informações financeiras.

4.2. Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

- IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima – As normas estabelecem requisitos para divulgações de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima. A Administração está avaliando os impactos e eventuais necessidades de adaptações em processos, controles e sistemas para atendimento às exigências aplicáveis, não tendo identificado, até a data destas demonstrações, efeitos materiais nos saldos contábeis do trimestre.
- Resolução CVM nº 193/23 (e alterações) – Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, com implementação prevista a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia acompanha os requisitos regulatórios e avalia os impactos para atendimento às exigências de divulgação.

4.3. Normas e alterações emitidas e ainda não efetivas

As seguintes normas e alterações foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2026:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Informações financeiras – Substitui a IAS 1 e estabelece nova estrutura de apresentação e divulgações. A implementação está prevista para 1o de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva.
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – Estabelece um conjunto reduzido de divulgações para subsidiárias elegíveis. A implementação está prevista para 1o de janeiro de 2027.

A Administração segue avaliando os potenciais efeitos dessas normas e não espera impactos materiais nas informações financeiras do período findo em 31 de março de 2026, ressalvadas alterações relevantes que venham a decorrer de regulamentações ou orientações adicionais.

4.4. Normas e leis tributárias emitidas e ainda não efetivas

A Companhia monitora as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas informações financeiras em períodos futuros, incluindo: **(i)** Lei nº 14.789/2023 e MP nº 1.185/2023; **(ii)** a CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/Cofins), cuja implementação depende de regulamentação e do cronograma de transição; e **(iii)** Pilar Dois – GloBE / Lei nº 15.079/2024 (tributação mínima global). Os impactos dessas alterações dependerão de regulamentações e interpretações complementares e, por essa razão, a Companhia ainda não consegue estimar de forma confiável eventuais efeitos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa geral (praças e sede)	233	309
Bancos - Conta corrente	59	259
Bancos - Aplicação	66.867	27.675
Total	67.159	28.243

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com remuneração entre 95% e 110% do CDI, em 31 de março de 2026, decorrentes de valores recebidos de aportes de capital.

6. Contas a receber

	31/03/2026	31/12/2025
Pedágio eletrônico	34.940	30.971
Cartões débito, crédito e PIX	344	428
Outros	20	29
Total	35.304	31.428

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente de corrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de março de 2026, a administração da Companhia entende que não faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistem histórico de inadimplência, e com vencimentos entre 30 e 40 dias.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o ajuste o valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 31 de março de 2026, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações financeiras.

7. Despesas antecipadas

	31/03/2026	31/12/2025
Seguros a apropriar	2.809	305
Total	2.809	305

- Seguros decorrentes de obrigações contratuais da concessão, seguro garantia, riscos operacionais, engenharia e civil.

8. Recursos vinculados

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	4.002	-
Depósitos de recursos vinculados	1.818	3.875
Rendimentos dos recursos vinculados	132	127
Total	5.952	4.002

Trata-se de recursos vinculados em conta reserva da ANTT (Poder Concedente) correspondente a 2% aos recursos de receitas creditados em conta centralizadora, para utilização exclusivamente as seguintes finalidades:

- i) Compensações decorrentes de desconto de usuário frequente (DUF);
- ii) Recomposições de equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- iii) Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

E vedado a Companhia a utilização dos valores para prestação e fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido a conta do tesouro.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Direito de uso**a) Composição e movimentação**

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização			Líquido		
		Saldos		Adições	Baixas	Saldos		Adições	Saldos	Saldos	
		31/12/2025				31/03/2026	31/12/2025			31/03/2026	31/03/2026
Locação imóvel ADM	10,00%	2.429	-	(24)	2.405	(243)	(61)	(304)	2.101	2.186	
Locação imóvel operação	20,00%	-	472	-	472	-	(16)	(16)	456	-	
Total		2.429	472	(24)	2.877	(243)	(77)	(320)	2.557	2.186	

10. Imobilizado**a) Composição e movimentação**

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido		
		Saldos		Transferências	Baixas	Saldos		Adições	Baixas	Saldos	Saldos	
		31/12/2025	Adições			31/03/2026	31/12/2025				31/03/2026	31/03/2026
Equipamentos e instalações	10%	2.898	2.915	-	-	5.813	(86)	(144)	-	(230)	5.583	2.812
Móveis e utensílios	10%	939	71	-	-	1.010	(33)	(24)	-	(57)	953	906
Veículos	10 e 20%	13.386	312	-	-	13.698	(1.466)	(667)	-	(2.133)	11.565	11.920
Computadores e periféricos	20%	3.611	31	-	(24)	3.618	(253)	(197)	16	(434)	3.184	3.358
Outros imobilizados	4%	2.219	4	-	-	2.223	(35)	(30)	-	(65)	2.158	2.184
Em andamento	-	25.015	3.958	(18.574)	-	10.400	-	-	-	-	10.400	25.015
Total		48.068	7.292	(18.574) (*)	(24)	36.762	(1.873)	(1.062)	16	(2.919)	33.843	46.195

(*) No trimestre, a Companhia reclassificou R\$ 18.574 de “Imobilizado em andamento” para “Adiantamentos a fornecedores”. No período, o adiantamento foi posteriormente devolvido a Companhia, gerando entrada de caixa classificada nas atividades de investimento. Não houve efeito no resultado.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível**a) Composição e movimentação**

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização			Líquido		
		Saldos 31/12/2025	Adições	Transferência	Baixas	Saldos 31/03/2026	Saldos 31/12/2025	Adições	Saldos 31/03/2026	Saldos 31/03/2026	Saldos 31/12/2025
Recuperação	3,41%	126.447	-	3.501	-	129.948	-	(1.084)	(1.084)	128.864	126.447
Operação	3,41%	100	-	54.395	(6)	54.489	-	(309)	(309)	54.180	100
Melhoramentos	3,41%	19.217	-	3.789	(2)	23.004	-	(179)	(179)	22.825	19.217
Licenças de uso de softwares	20,00%	1.975	80	-	-	2.055	(211)	(102)	(313)	1.742	1.764
Gastos do leilão	3,35%	12.270	-	-	-	12.270	(272)	(102)	(374)	11.896	11.998
Em construção	0,00%	56.149	7.777	(61.685)	-	2.241	-	-	-	2.241	56.149
Total		216.158	7.857	-	(8)	224.007	(483)	(1.776)	(2.259)	221.748	215.675

12. Fornecedores e prestadores de serviços

	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	12.216	8.033
Total	12.216	8.033

Os passivos com fornecedores não incidem juros e são liquidados em até 60 dias.

13. Obrigações sociais e tributárias

Tributárias:	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de renda	4.148	4.541
Contribuição social	1.536	1.868
PIS	207	211
Cofins	961	980
ISS	1.641	1.680
Impostos retidos terceiros	303	770
Total das obrigações tributárias	8.796	10.050

Sociais:	31/03/2026	31/12/2025
INSS	313	347
IRRF	126	74
FGTS	52	86
Provisões férias e 13º salário	1.840	1.178
Total das obrigações sociais	2.331	1.685

Total com obrigações	11.127	11.735
-----------------------------	---------------	---------------

14. Obrigações contratuais

	31/03/2026	31/12/2025
Verba de fiscalização (a)	636	625
Recursos vinculados (b)	5.952	4.002
Seguros contratuais	1.464	-
Total	8.052	4.627

Total curto prazo	2.100	625
--------------------------	--------------	------------

Total longo prazo	5.952	4.002
--------------------------	--------------	--------------

(a) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada a cobertura das despesas de fiscalização da concessão, o recolhimento se dará sempre até o 5º dia útil do mês subsequente, através de GRU específica em nome do poder concedente

(b) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido a longo prazo de todo o contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente a retenção de 2% sobre os créditos vinculados a receita, maiores informações, vide Nota Explicativa nº 8.

15. Transações com partes relacionadas

Composição de contas a receber

	Contas a receber e adiantamentos	
	31/03/2026	31/12/2025
4Road Concessões S.A (a)	4	4
Way Concessões S.A (b)	10	10
Rota da BR 262 MG S.A (c)	4.506	4.450
Concessionária da Rodovia MS (d)	26	26
Concessionária da Rodovia do Leste (e)	30	30
Concessionária Rota Sertaneja MG-GO (f)	-	144
Rota da BR 153 MG-GO (g)	-	120
Total	4.576	4.784
Circulante	70	70
Não circulante	4.506	4.714

a) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos.

b) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos.

c) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários, e custas com emissão de debêntures. Não há remuneração sobre esses pagamentos.

d) Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.

e) Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.

f) Referente a pagamento de despesas com custas de constituição, e custas de emissão de financiamento.

g) Referente a pagamento de despesas com custas de constituição, e custas de emissão de financiamento.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A companhia é administrada por uma diretoria executiva, composta por 03 diretores, eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

No exercício findo de 31 de março de 2026, as despesas pagas com esses administradores foram de R\$ 160 (cento e sessenta mil reais).

16. Arrendamento operacional

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	2.373	-
Adições	472	2.429
Baixas	(118)	(360)
AVP Despesa financeira	84	304
Saldo final	2.811	2.373
Passivo circulante	415	300
Passivo não circulante	2.396	2.073

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamento referente a locação das sedes administrativas.

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos de direito de uso são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando uma taxa de desconto de 13,40%, além de considerar uma inflação média de 4,75% a.a.

17. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de as condições de conservação e manutenção da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2030 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de desconto de 10,63% a.a., mais correção anual pelo IPCA.

a) Composição

	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para manutenção - não circulante	10.847	5.852
Total	10.847	5.852

b) Movimentação

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	5.852	-
Provisão para manutenção	4.685	5.610
AVP provisão manutenção	310	242
Saldo final	10.847	5.852

18. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de março de 2026, o capital social da Companhia e de R\$ 267.622, o mesmo em 31 de dezembro de 2025.

Segue a composição do quadro societário da Companhia em 31 de março de 2026:

Controladora	CNPJ	País	Ações Ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor R\$
Rota da BR 262 MG S.A.	57.582.342/0001-84	Brasil	100,00%	267.622.943	267.622.943

b) Reserva legal

Em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia constituirá a reserva legal ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até que atinja 20% do capital social.

c) Reserva especial de dividendos

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentava R\$ 30.731 mil em lucros retidos, correspondentes à parcela do lucro líquido do exercício ainda não destinada a presente data. Esses valores permanecem retidos até deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada ao longo de 2026, ocasião em que a Administração pretende propor a sua distribuição integral como dividendo adicional, em complemento aos dividendos já antecipados durante o exercício.

Nos termos do art. 202, §4º, da Lei nº 6.404/76, os lucros não distribuídos por decisão da Assembleia, quando não destinados a reservas estatutárias ou legais, devem ser registrados em "Reserva Especial de Dividendos".

Caso essa reserva não seja absorvida por prejuízos de exercícios subsequentes, ela deverá ser obrigatoriamente distribuída aos acionistas como dividendo, tão logo a situação financeira da Companhia o permita.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

	Notas	31/03/2026	31/12/2025	Custo amortizado
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras		66.867	27.675	Custo amortizado
Contas receber		35.304	31.428	Custo amortizado
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado				
Fornecedores		12.216	8.033	-
Arrendamentos operacionais		2.811	2.373	-

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de março de 2026, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório focus de 02 de abril de 2026 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Receitas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Projeção das receitas financeiras

Indexador	Aplicações financeiras				
	Queda de 25% Cenário II	Queda de 50% Cenário I	Base case Cenário provável	Aumento de 25% Cenário III	Aumento de 50% Cenário IV
CDI - %	9,38%	6,25%	12,50%	15,63%	18,75%

	Saldo principal 31/03/2026	Projeção das receitas financeiras - 2026					
		Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
Taxa de remuneração		25%	50%		25%	50%	
Aplicação	CDI	66.867	6.272	4.179	8.358	10.451	12.538
Total aplicado		66.867	6.272	4.179	8.538	10.451	12.538

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício de findo em 31 de março de 2026 e 2025

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes dos impostos e contribuições	47.021	2.652
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda calculada pela alíquota vigente	(15.987)	(902)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Outras adições exclusões permanentes	(57)	6
Incentivos fiscais: patrocínio Lei Rouanet	200	-
Imposto de renda e contribuição social	(15.844)	(896)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(17.558)	(909)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	1.714	13
Alíquota efetiva	34%	34%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo		
Diferenças temporárias sobre arrendamentos	79	63
Diferenças temporárias sobre provisão manutenção	3.688	1.990
Total	3.767	2.053

21. Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de pedágios	92.785	5.210
Receitas acessórias	-	-
Receitas de construção - ativos da concessão	7.769	5.110
Receita bruta de serviços	100.554	10.320
Impostos incidentes sobre serviços	(7.857)	(441)
Receita líquida	92.697	9.879

22. Custos e despesas por natureza

	31/03/2026	31/03/2025
Custo operacional		
Custo de construção - Ativos da concessão	(7.769)	(5.110)
Custo de conservação e manutenção rodovias	(12.121)	(4)
Custo operacional de rodovias	(6.699)	(733)
Custo com monitoração	(107)	-
Custo com pessoal	(6.801)	(526)
Seguros	(684)	(502)
Custos contratuais da concessão	(3.835)	-
Amortização intangível	(1.726)	-
Depreciação ativo	(661)	-
Total	(40.403)	(6.875)

23. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2026	31/03/2025
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(1.550)	(402)
Serviços de terceiros	(2.154)	(506)
Material e equipamentos	(468)	(299)
Despesas gerais	(969)	(1.121)
Outras despesas não operacionais	(215)	-
Amortização arrendamento	(77)	(89)

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2026	31/03/2025
Amortização intangível	(48)	-
Depreciação ativo	(403)	-
Total	(5.884)	(2.417)

24. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Rendimentos de aplicação	1.162	2.178
Outros	1	53
Total	1.163	2.231
Despesas		
PIS e Cofins sobre receita financeira	(60)	(101)
AVP Arrendamentos operacional	(84)	(41)
AVP Provisão manutenção	(310)	-
Outros	(98)	(24)
Total	(552)	(166)
Resultado financeiro	611	2.065

25. Seguros e garantias

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “all risks” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros estabelecida pela diretoria da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor prêmio	Valor cobertura
Pottencial Seguradora S. A	Garantia	01/02/2025 a 02/02/2026	755.437	251.812.221
Axa Seguradora S. A	Resp. Civil Geral	01/02/2025 a 02/02/2026	345.494	10.000.000
Fator Seguradora S. A	Riscos Operacional	01/02/2025 a 02/02/2026	1.351.793	40.000.000
Mapfre Seguradora S. A	Riscos Engenharia	01/02/2025 a 01/02/2026	115.487	119.500.000
Total				421.312.221

26. Compromissos com a concessão**a) Investimentos contratuais**

Os investimentos a serem realizado pela concessão, para os próximos 30 anos, estão contemplados construção de pátios de cobrança de pedágios, melhorias das bases, Saus, praças de pedágios existentes, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no Programa de Exploração Rodoviária (PER).

b) Verba de Fiscalização

Refere-se a verba de fiscalização recolhida a ANTT ao longo de todo o prazo da concessão, com o objeto de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. A tabela a seguir prevê valores a pagar dividido em 12 parcelas iguais e mensais, o valor e corrigido com base no índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Esses valores estão estimados com base nos valores do ano de 2026.

Período	Valor
2026	7.610
2027	7.632
2028	7.632
De 2029 a 03/2055	198.432
Total	221.306

27. Provisão para contingências

A Companhia não é parte em processos de natureza cível ou de qualquer outra natureza decorrentes do curso de suas operações. Dessa forma, não há contingências registradas ou classificadas como de perda possível, provável ou remota. A Administração, com apoio de seus assessores jurídicos e, quando necessário, de especialistas externos, realiza periodicamente a avaliação do ambiente jurídico aplicável às atividades da Companhia, assegurando que eventuais riscos processuais sejam tempestivamente identificados e tratados. No entanto, até a presente data, não foram identificadas demandas que exijam a constituição de provisão para riscos processuais.

* * *